**A DISLEXIA E O PAPEL DA ESCOLA JUNTO AO APRENDENTE DISLÉXICO**

Elaine Cristina Silva Rolim

Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia – ISEC

[elainecnsl@gmail.com](mailto:elainecnsl@gmail.com)

Adriana Sidralle Rolim Moura

Professora de Educação Superior na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

[adrianasidrallle@hotmail.com.br](mailto:adrianasidrallle@hotmail.com.br)

Fabiana Ferreira de Queiroga Lins

Professora da Educação Básica do Estado da Paraíba

fabianaferreiraqueiroga@gmail.com

**Resumo**

Este trabalho trata da dislexia e de como a escola pode acompanhar o aprendente disléxico. Para tanto, os objetivos são: investigar sobre a dislexia e as dificuldades de seu enfrentamento na escola; investigar procedimentos para atuação junto ao disléxico e apresentar sugestões de como incluir o disléxico no processo educacional. Nessa perspectiva, eis a seguinte problemática: Como a escola pode acompanhar o aprendente com dislexia? A partir de pesquisa bibliográfica, baseando-se em estudiosos, como: Barbosa (2001) e Coelho (1999), entre outros, evidenciou-se a Dislexia como um transtorno de aprendizagem que acomete crianças e não tem cura. Somente por meio de métodos psicopedagógicos é possível alfabetizar o disléxico. A escola, a família juntamente com o professor e o psicopedagogo, são fundamentais no processo de desenvolvimento do aprendente disléxico, especialmente, considerando que esse aprendente merece uma atenção cuidadosa para que seu aprendizado possa ocorrer de modo significativo, sem deixar marcas traumáticas para o resto de sua vida.

**Palavras-chave:** Dislexia. Acompanhamento escolar. Aprendente.

**1 INTRODUÇÃO**

As dificuldades de aprendizagem são muitas e carecem de diagnóstico. Na escola, essa questão tem sido bastante discutida, na tentativa de identificar meios para tratar os problemas ligados à aprendizagem dos aprendentes. Nesse viés, um questionamento norteou o estudo: Como a escola pode acompanhar o aprendente com dislexia?

O agravante consiste no fato de que profissionais com pouca, ou mesmo nenhuma informação em dificuldades de aprendizagem, acabam por tecer um diagnóstico confuso e inconsistente sobre os problemas apresentados por discentes com dificuldades de aprendizagem. Com isso, colaborando com a evasão escolar de aprendentes que poderiam ser estimulados em suas habilidades e auxiliados em suas dificuldades específicas.

Com diagnósticos muitas vezes equivocados e com intervenções inadequadas, muitas crianças são penalizadas, tiradas do direito a educação, tendo sua aprendizagem limitada por metodologias de ensino inadequadas e/ou por posturas parentais deficitárias, com relação à estimulação e orientação das atividades escolares.

Pensando nessa questão, esse trabalho tem como objetivo investigar sobre as dificuldades de aprendizagem, especialmente, a dislexia, bem como seu enfrentamento na escola, de modo a investigar também os procedimentos para atuação docente junto ao disléxico, além de apresentar sugestões de como inclui-lo no processo educacional.

Com base nesse estudo, é reconhecida a necessidade de compreender como professores, pedagogos e psicopedagogos podem intervir com estratégias que venham a amenizar os impactos dessa dificuldade na vida do aprendente, no que se refere ao seu aproveitamento escolar e ao estímulo a sua aprendizagem.

Este estudo consiste em uma pesquisa de cunho bibliográfico, uma vez entendido que este tipo de metodologia permite-nos reportar estudos já realizados, analisando-os e desenvolvendo uma nova discussão para atender ao objetivo pretendido, utilizando como referência autores da área trabalhada, que foram de fundamental importância para chegarmos ao resultado que mostra a Dislexia como um transtorno de aprendizagem, e que, frequentemente, acomete crianças desde o nascimento, sendo uma disfunção sem cura. Somente por meio de métodos psicopedagógicos é possível alfabetizar o disléxico. A escola e a família juntamente com o professor e o psicopedagogo são fundamentais no processo de desenvolvimento da aprendizagem do aprendente disléxico.

**2 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

As dificuldades de aprendizagem são um tema bastante discutido na atualidade, porque, apesar de haver grande extensão de estudos na área, ainda há questões não resolvidas, como, por exemplo, como e para quem encaminhar a criança com dificuldades de aprendizagem? Essa problemática se gera porque há diferentes profissionais com múltiplas especialidades, mas não há um direcionamento ainda específico para os casos.

Entender, pois, essa questão se torna relevante para todo educador, sobretudo, os educadores que lidam diariamente com a infância, fase de maior importância no desenvolvimento do indivíduo; o que permite investigar e constatar que as dificuldades de aprendizagem, comumente, estão relacionadas a fatores externos, os quais interferem no processo do aprender do estudante, como a metodologia da escola e dos professores, a influência dos colegas, etc.

Barbosa (2001) ressalta que as dificuldades de aprendizagem incidem, essencialmente, de exterioridades secundárias, alterações estruturais, mentais, emocionais ou neurológicas, que interferem na construção e desenvolvimento do desempenho cognitivo. Está ligada a fatores orgânicos, caracterizando-se pela dificuldade no aprender, ultrapassando a média estimada de dificuldade, prevista na aprendizagem. Tais fatores geram um engajamento pedagógico insuficiente e autoestima negativa.

Pode-se listar algumas das dificuldades mais conhecidas atualmente, tais como: Dislexia, Disortografia, Discalculia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A mais comum entre estas é a dislexia, uma doença hereditária e que pode ser identificada nos primeiros anos de alfabetização. É uma doença de muitos genes, os quais ainda estão sendo estudados por muitos profissionais. A doença em si gera dificuldades na aprendizagem do aprendente, mas pode ser superada por meio das metodologias pedagógicas diferenciadas, desenvolvidas para suprir a necessidade da criança naquele aspecto que ela não consegue abstrair só.

**3 DISLEXIA: ASPECTOS CONCEITUAIS**

A literatura sobre Dificuldades de Aprendizagem, especialmente, aqui em foco, a Dislexia, tem se tornado consideravelmente vasta no mundo, e, no Brasil, autores de renome como Morais (2006), são unânimes na afirmação de que tem sido difícil conceituar dificuldades de aprendizagem. O autor salienta algumas referências das questões competentes, como: pedagógica, neurológica ou cognitivas.

No geral, existe uma conjugação de fatores que atuam frente a uma predisposição da criança. Algumas pesquisas destacam os aspectos afetivos, outras selecionam os aspectos perceptivos, muitos explicam esse quadro como uma imaturidade funcional do sistema nervoso. Ainda há as correntes que sustentam a hipótese de que crianças com dificuldades de aprendizagem apresentam atrasos no desempenho escolar por causa da falta de interesse, perturbação emocional ou inadequação metodológica (PAÍN, 1992).

Por isso, é preciso considerar que cada criança tem suas particularidades, é um ser único, assim, tende a ser independente na sua forma de pensar, aprender e compreender o que está em sua volta, exigindo do professor uma atuação peculiar da criança.

Shaywitz (2006) considera a Dislexia um transtorno ligado especificamente à aprendizagem, de acordo com suas pesquisas, este transtorno parte do lado esquerdo do cérebro, no nível mais baixo do sistema linguístico, no módulo fonológico, onde se processam os diferentes fatores sonoros da linguagem.

Para Martins (2010), as pesquisas norte-americanas constataram que aproximadamente 15% da população mundial é disléxica, este um dos transtornos mais comuns nas salas de aula. Pelo número estatístico, verifica-se que se trata de um problema cuja importância é relevante, porém, é de pouco conhecimento no Brasil e, por essa razão, o diagnóstico é dificilmente feito por médicos, pais e professores de forma mais incisiva.

Segundo a *International Dyslexia Association – IDA e a National Institute of Child Health and Human Development* – NICHD (2017), a Dislexia compreende:

[...] um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração. Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas.

Os institutos referidos apresentam alguns possíveis sinais na pré-escola e na idade escolar, pontuando cada fase desse problema. Abaixo expõe-se uma tabela contendo esses sinais, baseada nas informações dos institutos.

**Tabela 1:** Características do Disléxico

|  |  |
| --- | --- |
| **PRÉ-ESCOLA** | **IDADE ESCOLAR** |
|  | Dificuldade na aquisição e automação da leitura e da escrita; |
| Fraco desenvolvimento da atenção; | Pobre conhecimento de rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras); |
| Atraso do desenvolvimento da fala e da linguagem;  Dificuldade de aprender rimas e canções; | Desatenção e dispersão |
| Fraco desenvolvimento da coordenação motora; | Dificuldade em copiar de livros e da lousa; |
| Dificuldade com quebra-cabeças; | Dificuldade na coordenação motora fina (letras, desenhos, pinturas etc.) e/ou grossa (ginástica, dança etc.); |
| Falta de interesse por livros impressos | Desorganização geral, constantes atrasos na entrega de trabalho escolares e perda de seus pertences; |
| Confusão para nomear entre esquerda e direita; |
|  | Dificuldade em manusear mapas, dicionários, listas telefônicas etc.; |
|  | Vocabulário pobre, com sentenças curtas e imaturas ou longas e vagas; |

**Fonte:** International Dyslexia Association – IDA (2017).

Os sinais mostrados fazem parte dos pré-requisitos do diagnóstico antecipado do problema em que professores e pais são incentivados a considerar como sinais de alerta uma vasta gama de sintomas, como os na tabela mostrados.

Coelho (1999) complementa a nossa discussão nessa seção, considerando que o processo de identificação de todos esses fatores requer a participação ativa do professor, da escola e da família. Compete ao professor a identificação do problema, pois, é o professor que tem contato com a criança todos os dias e possui certo grau de conhecimento para lidar com essas questões incomuns, além de ter fácil acesso aos grupos que o cercam – família, amigos e outros professores. A escola também tem papel fundamental, sua rotina interfere muito na identificação das queixas dos aprendentes que podem apontar (ou não) para casos de dificuldade de aprendizagem.

**4 DISLEXIA NA ESCOLA**

No espaço escolar se encontram presentes diversas dificuldades de aprendizagem. No entanto, ainda existem muitas dúvidas por parte dos profissionais da educação, de como lidar com a criança com dislexia. A escola como espaço de ensino-aprendizagem de fato necessita estar preparada com ações pedagógicas para atender todas as crianças nas suas especificidades. Contudo, o espaço escolar deve oferecer condições, ferramentas, recursos pedagógicos e formação continuada aos educadores para que os mesmos possam mediar com os aprendentes uma aprendizagem significativa.

De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), de todas as dificuldades de aprendizagem possíveis de se destacar hoje no espaço escolar, principalmente, a dislexia tem apontado como uma das mais frequentes, sendo responsável pelo insucesso escolar. Uma dificuldade que atinge cerca de 10 a 15% da população Brasileira (em sua maioria meninos).

O grande problema é que as instituições de ensino ainda não se encontram preparadas pedagogicamente para lidar com os aprendentes disléxicos. Sua definição dá-se pela Associação Internacional de Dislexia (2003), como dificuldades no reconhecimento preciso e/ou fluente na leitura de palavras, na ortografia e na decodificação.

Muitas vezes, na escola, a criança disléxica sofre rotulações que a desestimula e a coloca como um ser deficiente perante os demais. Apelidos e desatenção para com essas crianças geram nelas um comportamento, uma reação agressiva ao contexto que lhes ferem. A autoestima é afetada e a criança pode até desenvolver uma depressão, já que diante do contexto de preconceito e rotulações ela tenderá a se isolar das demais e a passar a contrair problemas ainda mais relevantes do que o aparente.

É na escola que o aprendente deve encontrar acolhimento para se desenvolver, os professores, diretores, todo o corpo gestor da escola deve estar envolvido no processo de acolhimento da criança disléxica, buscando integrá-la no espaço escolar como toda criança merece.

Assim sendo, as escolas partindo de uma proposição de respeito às limitações dos aprendentes, necessitam ampliar suas ações pedagógicas de acordo com as necessidades dos indivíduos para que estes construam seus conhecimentos, haja vista que o sujeito do processo de aprendizagem é o educando. Como nos esclarecem os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 31):

A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. Para tanto ainda é necessário que a instituição escolar garanta um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva.

De tal modo, a escola que segue esse parâmetro só tem a crescer, a se tornar mais abrangente enquanto instituição de ensino e, sobretudo, a promover a formação cidadã, independente do seu aprendente ser disléxico ou não. A aprendizagem deve ser priorizada como instrumento de transformação social. Para tanto, deve englobar todos.

4.1 INCLUSÃO DA CRIANÇA DISLÉXICA NA ESCOLA

De acordo com Fernández (1991) desde 1918, já se afirmava no Brasil estudos que enfatizavam a importância da educação para crianças com algum tipo de dificuldade de aprendizagem ou crianças superdotadas. Nesse mesmo período surge à primeira escola para “anormais”, também denominada a primeira escola de excepcional do Brasil, depois dela, várias outras são criadas. Fazendo surgir assim, a primeira tentativa de trabalho pedagógico com base na Psicologia, de forma especializada para atender crianças com deficiência mental e dificuldades de aprendizagem.

Nesse período, o Brasil enfrentava mudanças em seu cenário político e econômico, onde a escola estava sendo cada vez mais valorizada pela sociedade, como peça fundamental para construção e transformação social, de um país civilizado. Diante desse cenário que se caracterizava como uma sociedade industrializada é que surgem as ideias a partir de uma visão médico “higienista” que entendiam que as políticas e práticas educacionais precisavam cuidar dessas crianças para que elas pudessem se tornar um adulto saudável, disciplinado e produtivo. A educação era plenamente influenciada pela medicina, onde os serviços de saúde do governo eram realizados em residências e escolas, sendo a “deficiência mental” considerada problema de saúde pública. A partir de então, onde começa a ocorrer a institucionalização das pessoas com “deficiência mental” (BRASIL, 1998).

Enfim, a partir de todo contexto histórico existe um longo caminho percorrido até chegarmos ao reconhecimento do direito ao acesso a escola por crianças que possuam qualquer deficiência ou dificuldade de aprendizagem, pois estas não são pessoas anormais como se tentou firmar na história, mas pessoas diferentes. Crianças que precisam ser incluídas no processo educacional brasileiro sem nenhuma descriminação.

Sabe-se que a interação com outros indivíduos e que a maior participação possível em atividades do cotidiano ajuda no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual. Com base nessa constatação é que a escola pública tem sido considerada um espaço no qual a criança que convive com essa deficiência pode desenvolver potencialidades, interagir e aprender (ILHA; WEBER; SMEHA, 2013).

De acordo com Oliveira, Murphy e Schochat(2013), é preciso considerar a influência de fatores genéticos e ambientais no desenvolvimento de crianças com dislexia, pois essas crianças necessitam de estímulos especiais no desenvolvimento de suas capacidades, estímulos que devem ser iniciados desde cedo. Pois apresentam comportamentos e potencialidades não uniformes e enfrentam dificuldades, mas também possuem constituição orgânica idêntica às pessoas sem a dificuldade de aprendizagem e nesse caso, suas potencialidades podem ser desenvolvidas, dependendo dos estímulos adequados.

Segundo Rodriguese Ciasca (2016), nada disso é possível se não houver inclusão educacional que pode ser considerada uma melhoria para o processo educativo de todos os aprendentes, pois consiste em uma prática de universalização da educação, propondo a aceitação das diferenças individuais e a valorização da contribuição que cada pessoa pode oferecer, bem como a convivência em meio à diversidade humana.

De modo geral, pode-se dizer que hoje, reconhecemos que apesar das dificuldades ainda muitas existentes, o respeito pela diversidade passa a ser reconhecido como fator fundamental para o enriquecimento e humanização da sociedade. Mas ao mesmo tempo em que se percebe que o acesso à escola apesar de estar garantido por leis específicas que cuidam do direito à educação para todos, ainda é preciso lançar o olhar para percepção da realidade precária em que se encontram os aprendentes com alguma dificuldade de aprendizagem, reconhecendo que temos um longo caminho a percorrer até a sua efetivação plena em todo processo educacional brasileiro.

4.2 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS PARA ACOMPANHAR DISLÉXICOS

As estratégias são muitas que podem ser desenvolvidas pedagogicamente em sala de aula, porém, há problemas maiores que impedem a execução destas pelos professores, pois para esses profissionais é muito difícil desenvolver um método que realmente venha a calhar efeitos positivos, uma vez que quase todos trabalham de forma padrão com todos os aprendentes sendo ele disléxico ou não, decorrente do pouco tempo e de todo o conteúdo para ser direcionado conforme está na ementa pedagógica

De acordo com os estudos de Ellis (2008), para ensinar os disléxicos é necessário que os ensine a resolver conflitos de opiniões. Obter uma ação construtiva, mostrar liderança e chegar a um denominador comum, é preciso transformar a sala de aula em uma oficina, onde eles possam exercitar seu raciocínio. Sendo assim cabe ao professor mediar esse conhecimento para que o ensino seja realmente eficaz e suficiente para melhorar o conhecimento do aprendente e auxiliado no seu desenvolvimento.

De acordo com Morais (2000, p. 21), uma ferramenta que pode ser utilizada com os aprendentes disléxicos é a das aulas em vídeo, como cita o autor:

O uso do vídeo nas salas de aula é usado com mais frequência como lazer, mas se juntos como ferramenta pedagógica de forma lúdica com objetivos definidos dentro do planejamento curricular torna-se um instrumento inovador, motivador, rico e significativo para os alunos disléxicos e demais, os conteúdos que o professor pode explorar com essa ferramenta terá com certeza um alcance maio na aprendizagem do aluno. E o professor, dessa forma, faz do vídeo o uso duplamente proveitoso: unindo o lazer com a motivação aos conteúdos.

Outra ferramenta importante é as várias formas de leitura que pode proporcionar aos aprendentes com dislexia prazer pela mesma, o professor deve criar um ambiente acolhedor podendo usar fantoches na hora contos, nas bibliotecas podem ter um ambiente colorido com formas diferentes números e formatos diferenciados para assim chamar a atenção do aprendente.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao término deste trabalho, não podemos nada concluir, mas somente fazer algumas considerações que deixaram abertas outras novas problemáticas. Sabemos que o estudo das dificuldades de aprendizagem se mostra amplo, porém, ainda limitado em termos de aprofundamento nas escolas, principalmente. Há uma limitação histórica na compreensão das questões relacionadas a qualquer distúrbio, deficiência ou transtorno relacionado à mente. Porém, muito tem se alcançado através da incansável luta de educadores e estudiosos que acreditam ser a educação um lugar de liberdades e diferenças.

Ao longo de nossas discussões e com a ajuda perene dos autores, foi possível entender que a dislexia é uma condição humana, pois o indivíduo nasce disléxico, ele não se torna. Dislexia é um transtorno de aprendizagem de leitura e escrita, e somente por meio de métodos psicopedagógicos é possível alfabetizar o disléxico. Além do que, o diagnóstico só poderá ser feito após a criança começar a sua vida escolar.

Ainda é possível considerar, nessas últimas palavras, que os professores precisam ter conhecimento da definição da dislexia e de suas implicações na aquisição da aprendizagem. Para, além disso, é preciso um atendimento com ações pedagógicas que contemplem na sua totalidade a aprendizagem do disléxico em sala de aula.

Para isso, a escola precisa ser inclusiva e integrar todos os aprendentes, sem preconceito e integrando as diferenças no compartilhamento das vivências sociais dentro do ambiente escolar.

Uma sugestão para que o tratamento do aprendente aconteça de forma melhor e mais efetiva nas escolas é através, primeiramente, da formação de professores nos cursos superiores ou de formação continuada. É preciso que sejam trabalhadas as dificuldades de aprendizagem com mais profundidade, afinal, esses aprendentes possuem a necessidade de serem acolhidos e compreendidos pelos professores. Para tanto, é preciso também que os professores detenham conhecimentos específicos sobre dislexia para que possam oferecer oportunidades efetivas de aprendizagem, oportunizando aos aprendentes disléxicos o reconhecimento de suas condições diferenciadas de aprendizagem, conforme prevê a educação inclusiva.

Ainda, é preciso considerar que quando nos referimos ao conhecimento, a sociedade, como um todo, deve engajar-se na tarefa de garantir o acesso ao ensino de qualidade a todos que desejam conhecer e aprender saberes acumulados historicamente pela humanidade e favorecer a educação do seu povo. Nesse sentido, todos têm direito a educação, ao saber compartilhado, a criança disléxica é um ser em construção que assim como todos tem o direito de estar inserida nesse diagrama contextual que compreende a aprendizagem na sociedade.

Na escola, o trabalho com o disléxico precisa ser intensificado, pois ainda vemos muitas dificuldades por parte dos professores em lidar com essa questão. É preciso, nesse sentido, que a escola se coloque em processo de adequação à realidade do aprendente, criando sala de reforço, materiais diferenciados e metodologias que atendam ao aprendente com dislexia, dando a ele a melhor forma para que seu aprendizado seja amplo e significativo. Deixando, dessa forma, claro ao aprendente que sua dificuldade será superada ou amenizada mediante a parceria da escola e família e o acompanhamento de toda equipe pedagógica no decorrer da sua vida escolar e sua vida social.

Para o futuro somente nos resta acreditar que haverá muito mais conhecimento e métodos de tratamento muito melhores e mais eficazes evitando ou aliviando as frustrações e incertezas na convivência com a dislexia.

**REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br/o-que-e-dislexia/>. Acesso em: 21 out. 2017.

BARBOSA, Laura Monte Serrar. **A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar**. Curitiba: Expoente, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução Nº 4 CNE/ CEB de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial Resolução. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009a.

BRASIL.**LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20/12/1996**. Artigo12 inciso V. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1517-97022011000100006. Acesso em: 20 de out. 2017.

COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1999.

ELLIS, A. W. **Leitura, escrita e dislexia**: uma análise cognitiva. 2ª ED. Porto Alegre, Artes Médicas, 2008.

OLIVEIRA, Juliana Casseb; MURPHY, Cristina Ferraz Borges; SCHOCHAT, Eliane. Processamento auditivo (central) em crianças com dislexia: avaliação comportamental e eletrofisiológica.**CoDAS**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 39-44, 2013.  Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S2317-17822013000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:  02 out. 2018.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 1991.

ILHA, Suélen da Silveira; WEBER, Andréia Sorensen; SMEHA, Luciane Najar. A inclusão do aluno com Síndrome de Down na rede regular de ensino: reverberações na dinâmica familiar. **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 291-309, 2013.

MARTINS, V. **Dislexia:** uma doença de classe média. Pedagogia em Foco. Fortaleza, 2001. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx02.htm. Acesso em: 15 set. 2010.

MORAIS, A. M.P. **A relação entra consciência fonológica e dificuldades de leitura**. São Paulo, Vetor, 2000.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento (CID-10)**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1992.

RODRIGUES, Sônia das Dores; CIASCA, Sylvia Maria. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção.**Rev. psicopedag.**  São Paulo, v. 33, n. 100, p. 86-97, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-84862016000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:  02 out.  2018.

SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia:** um novo e completo programa para todos os níveis de dificuldades de leitura. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.